
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngua



aape | epaa

Arizona State University

Volume 34 Número 10

27 de enero de 2026

ISSN 1068-2341

Conselho Nacional de Educação 2024: Composição dos Novos Membros e suas Redes de Relações¹

Arthur Romagna da Silva

Ian Puppín Lopes

Eliza Bartolozzi Ferreira

&

Wagner dos Santos

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Citação: Romagna da Silva, A. R., Puppín Lopes, I. P., Bartolozzi Ferreira, E. B., & Santos, W. dos. (2026). Conselho Nacional de Educação 2024: Composição dos novos membros e suas redes de relações. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 34(10). <https://doi.org/10.14507/epaa.34.9083>

Resumo: Este artigo objetiva analisar a composição do Conselho Nacional de Educação [CNE] feita no ano de 2024, pelo governo Lula da Silva, evidenciando as parcerias e os possíveis interesses dos nomeados. De natureza qualitativa e crítico-documental, fundamenta as análises em diálogo com as obras de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. As fontes são compostas por documentos oficiais disponíveis no site do Ministério da Educação [MEC], os currículos dos novos conselheiros nomeados, que revelam essas relações e à Portaria nº 609/2024, que divulgou as entidades responsáveis pela indicação de nomes ao MEC. Também foram consideradas notícias relacionadas

¹ Agradecemos às agências de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsas a integrantes deste estudo, viabilizando a realização do trabalho durante o período de Mestrado e ao CNPq, Edital nº 18/2024 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, nº processo 304470/2025-2.

aos conselheiros e às entidades investigadas, além dos sites oficiais de instituições como a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho e a Parceiros da Educação. Os resultados indicaram que a maioria dos conselheiros nomeados em 2024 têm relações com instituições e entidades privadas, revelando um panorama complexo da educação brasileira, em que os novos conselheiros desempenham um papel consultivo e atuam como agentes de influência em políticas que priorizam os interesses da classe dominante. Conclui que é fundamental que futuras pesquisas explorem essas redes de relações entre entidades privadas e conselheiros nomeados ao CNE, a fim de identificar suas interferências na educação brasileira.

Palavras-chave: Conselho Nacional de Educação; educação pública; Governo Lula; Portaria nº 609; *think tanks*

National Education Council 2024: New member composition and relationship networks

Abstract: This article aims to analyze the composition of the National Education Council [NEC] in 2024, during the Lula administration, highlighting the partnerships and possible interests of those appointed. Qualitative and critical-documentary in nature, the analysis is based on the works of Caio Prado Júnior and Florestan Fernandes. The sources are composed of official documents available on the Ministry of Education [MEC] website, the resumes of the newly appointed councilors, which reveal these relationships, and Ordinance No. 609/2024, which disclosed the entities responsible for nominating names to the MEC. News related to the councilors and the entities investigated were also considered, in addition to the official websites of institutions such as Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, and Parceiros da Educação. The results indicated that most of the councilors appointed in 2024 have relationships with private institutions, revealing a complex panorama of Brazilian education, in which the new councilors play an advisory role and act as agents of influence in policies that prioritize the interests of the ruling class. It concludes that it is essential that future research explore these networks of relationships between private entities and advisors appointed to the NEC, in order to identify their interference in Brazilian education.

Keywords: National Council of Education; public education; Lula Government; Ordinance No. 609; *think tanks*

Consejo Nacional de Educación 2024: Composición de nuevos integrantes y sus redes de relación

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la composición del Consejo Nacional de Educación [CNE] realizada por el gobierno de Lula en 2024, destacando las alianzas y posibles intereses de los nombrados. De carácter cualitativo y crítico-documental, basa los análisis en diálogo con los libros de Caio Prado Júnior y Florestan Fernandes. Las fuentes se componen de documentos del Ministerio de Educación [MEC], los currículos de los nuevos consejeros designados, que revelan estas relaciones y la Ordenanza N° 609/2024, que reveló las entidades responsables de nominar nombres al MEC. También se consideraron noticias relacionadas con los consejeros y entidades investigadas, además de los sitios web oficiales de la Fundación Lemann, la Fundación Roberto Marinho y Parceiros da Educação. Los resultados indicaron que la mayoría de los consejeros nombrados en 2024 tienen relaciones con instituciones privadas, revelando un panorama complejo de la educación brasileña, en el que los nuevos consejeros desempeñan un papel consultivo y actúan como agentes de influencia en políticas que priorizan los intereses de la clase dominante. Se concluye que es fundamental continuar investigando estas redes de relaciones entre entidades privadas y consejeros designados para el CNE, con el fin de identificar su interferencia en la educación brasileña.

Palabras-clave: Consejo Nacional de Educación; educación pública; Gobierno de Lula; Ordenanza N° 609/2024; *think tanks*

Conselho Nacional de Educação 2024: Composição dos Novos Membros e suas Redes de Relações

Em 13 de agosto de 2024², o Ministro da Educação do governo Lula da Silva, Camilo Santana, nomeou 13 novos integrantes para o Conselho Nacional de Educação (CNE): Antônio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos Batista, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Celso Niskier, Ludhmila Abrahão Hajjar, Mônica Sapucaia Machado, Otávio Luiz Rodrigues Junior e Maria Paula Dallari Bucci. A designação desses membros, ligados a alguma organização da sociedade civil, foi realizada pela Presidência da República por meio de decreto publicado em 5 de agosto. Após um período difícil para a democracia brasileira e para a educação, que enfrentou desafios de ordem financeira, político-pedagógica e ideológica em razão dos governos de extrema direita instalados no período 2016-2022, o governo Lula da Silva teve a chance de indicar conselheiros com visões e interesses diferentes daqueles nomeados pelo então presidente Bolsonaro em 2020 e 2022, identificados como seguidores de Olavo de Carvalho³ e alinhados com setores privados.

Este artigo adentra nesse debate com o objetivo de investigar a conjuntura que se estabelece a partir da indicação de membros para o CNE em 2024, formulando as seguintes questões: como se configura o CNE com os novos integrantes indicados pelo governo Lula? Existem conexões entre os conselheiros e organizações empresariais? A que institutos ou entidades esses conselheiros pertencem ou pertenceram? O que a indicação desses novos conselheiros indica para a educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada?

A reflexão se pauta nas tradicionais estruturas de poder instaladas na história do Brasil e analisadas por estudiosos como Florestan Fernandes (1920-1995) e Caio Prado Jr. (1907-1990), as quais remontam ao perfil da burguesia, que subjugou as classes populares a condições periféricas de desenvolvimento social e econômico e, nessa esteira, conduziu a uma educação segregadora com potencial de reproduzir a histórica divisão de classes no país.

Dentro dos limites de um artigo científico, o texto está organizado em três seções, com o objetivo de apresentar uma síntese das principais abordagens teóricas de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., seguidas pela exposição da metodologia aplicada para apreender o objeto de estudo, o CNE, com o uso da análise crítico-documental (Bloch, 2001) e do paradigma indiciário (Ginzburg, 2002). Por fim, são apresentados os resultados encontrados e as análises com base no referencial adotado.

Abordagem Teórica

A complexa realidade social e educacional vivenciada na atualidade continua sendo marcada pelos círculos viciosos dominados pela burguesia do país, que persiste em ignorar as soluções para o enfrentamento sistemático das profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais que dificultam o desenvolvimento de uma educação pública, laica e de qualidade socialmente referenciada. Concordamos com a interpretação de Caio Prado Jr. (1954), que indica as estruturas de

² <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/mec-empossa-novos-membros-do-conselho-nacional-de-educacao>.

³ Durante o governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho foi conhecido como o “arquiteto intelectual” da extrema direita, considerando a influência que ele possuía em setores importantes, como na Educação. O autor formou uma geração de conservadores no Brasil com seu seminário de filosofia *online*, influenciando diversos membros do governo federal à época.

poder não apenas como políticas, mas também profundamente econômicas, considerando que o capitalismo dependente é a forma mais evidente de entender a história do Brasil, pois o país sempre foi subordinado às grandes potências do comércio mundial, que influenciam diretamente a economia e a política brasileiras. Esse modelo de subordinação gerava (ou gera) uma sociedade desarticulada, onde as classes dominantes se beneficiam do poder econômico e político, enquanto a maioria da população permanece marginalizada.

Em 1968, Florestan Fernandes (2008) escreveu que o capitalismo não é apenas uma realidade econômica, mas, acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, cuja formação e evolução histórica foram influenciadas por diversos fatores extraeconômicos. Essa compreensão situa a educação como um importante fenômeno social na constituição da sociedade capitalista, tanto em relação à sua capacidade de reproduzir as relações dominantes como à sua potência de contribuir para a transformação das condições de exploração e dominação. Essa disputa permanece presente na educação brasileira e analisar as instâncias decisórias das políticas educacionais, como o CNE, permite identificar esse jogo e suas nuances, incorporadas em momentos históricos específicos, como o atual processo de transição de um governo de extrema-direita para um considerado de centro-esquerda.

Ao estudar o capitalismo brasileiro, Fernandes (2006, p. 209) observa que ele constitui uma “consolidação conservadora’ da dominação burguesa”, circunscrita a uma modernização no âmbito empresarial e às condições imediatas da economia. Trata-se de um capitalismo cujo processo se apresentou de forma lenta e descontínua, com características marcantes de reprodução das desigualdades regionais e raciais, além do antagonismo entre riqueza e pobreza, centro e periferia. “Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos...” (p. 207). Assim, “o modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da ‘velha’ e da ‘nova’ oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária” (p. 213).

Com base nessa interpretação sobre o caráter da revolução burguesa no Brasil que, conforme ressalta Fernandes (2006), transcende seu modelo histórico, pois as burguesias de outros países forjaram instituições próprias de poder social e utilizaram o Estado apenas para arranjos mais específicos, a burguesia brasileira, ao contrário, “converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica” (p. 204). Assim, o Estado brasileiro opera como uma falsa democracia, na qual apenas os interesses da burguesia prevalecem nas decisões políticas, enquanto as demandas da classe trabalhadora são ignoradas e parte de seus representantes são cooptados, ou seja, levados a agir em conformidade com os interesses burgueses. A partir dessa interpretação histórica, podemos entender a burguesia nacional “em luta pelo controle do Estado e pela conquista da mudança social” (p. 210).

O presente está impregnado de seu passado. É assim que Prado Jr. (2000) observa que o Brasil colonial está contido no Brasil contemporâneo. O contexto brasileiro do período da ditadura civil-militar, conforme analisado pelo autor, aponta para um contraste de visões sobre as condições do país. Considerando que, por um lado, existe uma pequena minoria que controla o poder e os recursos e faz pequenas concessões para a classe trabalhadora defendendo que o país necessita apenas de ajustes menores e, por outro, uma grande maioria que, embora não esteja totalmente consciente das causas e soluções para suas insatisfações, clama por mudanças substanciais que vão além das reformas superficiais.

Diante dessa estrutura de poder identificada por esses importantes clássicos de nossa história, que se consolida por meio da prática oligárquica, torna-se evidente a intersecção entre os interesses econômicos da burguesia e a esfera educacional. Na educação brasileira, a análise desses autores sobre a dependência e a subordinação da burguesia nacional ao capital estrangeiro pode ser

estendida para entender como o setor educacional pode ser utilizado para reproduzir desigualdades sociais e na manutenção de um sistema que favorece as classes dominantes.

Por isso, com base em Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, adotaremos, ao longo do texto, a palavra “burguesia” para descrever a classe que, na dinâmica do capitalismo, representa os interesses privados, empresariais e, portanto, da sua classe. Em outras partes do texto aparecem organizações, entidades, *think tanks*, mas compreendemos, com base nesses autores, que estes outros termos remetem às novas configurações do capitalismo, levando em conta que as dinâmicas de dependência e de subordinação que eles descreveram continuam a se manifestar no Brasil contemporâneo, considerando as transformações globais e nacionais (inclusive na educação). Assim, é necessário analisar como as políticas educacionais são moldadas por essas novas dinâmicas de poder, uma vez que atualmente, com o advento das *think tanks* e a crescente presença de fundos privados na educação no Brasil são trazidos novos elementos para essa discussão.

De acordo com Teixeira (2007) e Rocha (2017), os chamados *think tanks* são organizações que têm como objetivo gerar conhecimento em diversas áreas, com a finalidade de influenciar a implementação de políticas públicas e a formação da opinião pública. A forma como essas organizações atuam é bastante diversificada: algumas possuem vínculos diretos ou indiretos com órgãos governamentais, outras com partidos políticos, outras com grupos empresariais, e algumas operam de forma independente, o que, no entanto, não significa que atuem desinteressadamente (Rocha, 2017; Teixeira, 2007).

Essas organizações buscam legitimar as forças do mercado, pressionando o Estado para atender aos interesses privados e transferir a execução de políticas públicas para o setor privado, alegando maior eficiência. Elas utilizam meios de comunicação para difundir seus valores e garantir que a lógica mercantil seja vista como natural nas relações sociais (Casimiro, 2018). Segundo Caetano e Mendes (2020), os *think tanks* pró-mercado visam criar consensos sobre a inevitabilidade da interferência privada na qualificação dos serviços públicos, pressionando o Estado para transferir a definição e execução das políticas públicas para o setor privado, sob a justificativa de maior eficiência e agilidade nas decisões e implementações.

Nesse cenário educacional, a atuação dos *think tanks* no Brasil pode ser compreendida, à luz das interpretações de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, como uma expressão contemporânea do papel histórico da burguesia nacional dependente. Essas organizações, embora se apresentem como produtores “neutros” de conhecimento técnico e racional, cumprem a função política de legitimar os interesses do capital privado, reforçando a ideologia de que a lógica do mercado deve orientar as políticas públicas e a organização social.

Esse comportamento fundamenta-se na necessidade de controle social sobre as políticas educacionais e, no Brasil, diversas *think tanks* têm atuado na educação pública em parceria com os governos, como o Parceiros da Educação, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Roberto Marinho (FRM) e a Fundação Lemann (Martins & Krawczyk, 2018). Esse cenário têm sido explorado na academia por diversos autores (Caetano & Mendes, 2020; Santos et al., 2023; Vargas & Marques, 2021), que mostram como elas atuam em âmbito internacional, direcionando os rumos da educação pública brasileira de diversas maneiras.

Nesse sentido, um exemplo disso é a possível participação de pessoas ligadas a essas organizações em um importante órgão colegiado do governo federal: o CNE. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o CNE visa promover uma abordagem democrática para identificar alternativas e criar mecanismos institucionais que assegurem a participação de setores da sociedade no processo de desenvolvimento, melhoria e consolidação de uma educação de qualidade em nível nacional (Brasil, 2023).

Antes chamado de Conselho Federal de Educação e criado pela Lei nº 4.024/1961 (Brasil, 1961) e posteriormente modificado pela Lei nº 9.131/1995 (Brasil, 1995), o CNE é composto pela

Câmara de Educação Básica (CEB) e pela Câmara de Educação Superior (CES). Cada câmara conta com 12 conselheiros, responsáveis por deliberar sobre diretrizes curriculares propostas pelo MEC e supervisionar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei nº 9.131/1995 estabelece que o Presidente da República realize as nomeações dos conselheiros, sendo que ao menos metade deles deve ser escolhida após consulta às respectivas áreas de atuação, exceto os secretários de Educação Básica e de Educação Superior, que têm posições automáticas. Os conselheiros exercem um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução imediata, e a renovação de 50% das câmaras ocorre a cada dois anos.

Além de emitir pareceres sobre temas educacionais, tanto por iniciativa própria como a pedido do Ministro da Educação, o CNE estabelece intercâmbio com os sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal, analisando a aplicação da legislação educacional com foco na conexão. Anualmente, realiza uma análise estatística da educação, fornecendo informações ao MEC e promovendo seminários sobre questões relevantes para o setor. A função normativa do Conselho Nacional de Educação (CNE) é de extrema importância, pois é essa função que realmente diferencia um conselho educacional (Cury, 2006). Por meio dela, os conselheiros validam suas interpretações da legislação e exercem suas atividades. Embora não tenham a prerrogativa de legislar ou de ser eleitos por votação, atuam representando a sociedade civil e colaboram com o Poder Público, prestando função de interesse público.

Dessa forma, o conselheiro pode ser visto como um “intelectual da legislação da educação escolar” (Cury, 2006, p. 42), com a missão de garantir o direito à educação e, conseqüentemente, o direito à cidadania. A concretização da função normativa do CNE se dá por meio de pareceres e resoluções que visam assegurar a implementação do ordenamento jurídico em conformidade com a legislação vigente. Nesse sentido, conforme indica a Lei nº 9.131/1995, foi lançada a Portaria nº 609, de 1º de julho de 2024 (Brasil, 2024a), divulgando a relação de entidades para a escolha de conselheiros do CNE. Posteriormente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 2 de agosto de 2024 (Brasil, 2024b), o decreto que nomeou 13 novos conselheiros para o CNE.

De acordo com essa legislação, a indicação dos conselheiros deve ser feita por entidades e segmentos da sociedade civil que são responsáveis por designar três nomes por entidade, todos de brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura. Essas entidades devem protocolar a indicação de três profissionais (com currículos) para cada vaga, o MEC analisa as sugestões, elabora uma lista tríplice para cada câmara e por fim o nome (ou nomes) são encaminhados ao Presidente da República para nomeação oficial via Decreto. Considerando isso, podemos afirmar que algumas dessas entidades, ao se posicionarem na designação de nomes para conselheiros do CNE, muitas vezes priorizam seus interesses de classe, limitando a inclusão de perspectivas representativas da sociedade.

Desse modo, a análise das interações entre o empresariado e o CNE pode revelar um panorama mais complexo da educação brasileira, no qual os novos conselheiros não apenas desempenham um papel consultivo, mas atuam como agentes de influência em políticas que priorizam os interesses da burguesia. Essa configuração suscita questões fundamentais sobre a legitimidade da representação de segmentos da sociedade civil e sobre a efetiva autonomia do CNE diante das pressões do setor privado.

Metodologia

Considerando o objetivo deste texto de investigar a conjuntura política-educacional que se estabelece nos quadros indicados para o CNE em 2024 e as questões anunciadas, este estudo utiliza a análise crítico-documental (Bloch, 2001), na qual o processo investigativo não se restringe a uma atitude passiva do pesquisador. Bloch ressalta que os textos e documentos, mesmo aqueles que

parecem mais claros e complacentes, só se tornam significativos quando são adequadamente questionados. Além disso, o paradigma indiciário de Ginzburg (2002) enfatiza a importância de explorar questões em nível micro, atentando-se aos pormenores das fontes, pistas, rastros, sinais e *indícios*. Para Ginzburg, é essencial manter uma vigilância constante sobre os detalhes, como o “não dito” e os elementos não oficiais, pois o campo de estudo se assemelha a um vasto tapete formado por fios entrelaçados que formam uma trama.

Nesse sentido, buscamos *indícios* das vinculações dos novos conselheiros do CNE e suas possíveis aproximações com organizações empresariais, institutos e entidades (compreendendo estas como representantes dos interesses da burguesia) das quais fizeram ou fazem parte, além dos projetos para a educação que esses indivíduos defenderam ou defendem. Para isso, utilizamos documentos disponíveis no site do MEC, como os mini currículos (Brasil, 2024c) dos novos conselheiros nomeados, que indicam essas relações, a Portaria nº 609, de 1º de julho de 2024 (Brasil, 2024a), que divulgou as entidades contempladas para indicar nomes ao MEC; notícias relacionadas aos conselheiros ou às entidades investigadas; e os sites oficiais dos institutos mencionados nos mini currículos ou que tem ligação com eles, como a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho e a Parceiros da Educação (PdE).

Desse modo, foi elaborada a Tabela 1 que apresenta os nomes dos conselheiros e suas vinculações com algumas instituições e entidades. Para constituir uma rede de relações entre os sujeitos e as instituições investigadas, foram produzidas as Figuras 1 e 2 por meio do software *Cmap Tools* (Bezerra & Arrais, 2019), versão 6.04, que foi utilizado como ferramenta para a geração das figuras, com base na leitura e análise dos materiais mapeados pelos autores desta pesquisa.

A partir da elaboração da Tabela 1 e das Figuras 1 e 2, foi possível categorizar os conselheiros em dois grupos: a) pessoas inicialmente não ligadas às instituições e entidades investigadas; e b) pessoas ligadas às instituições e entidades investigadas. Esse movimento teve como objetivo apresentar *indícios* dessas ligações, visando discutir suas conexões (ou a falta delas) com organizações de origem empresarial, *think tanks*, entre outras.

Reconhece-se, contudo, que a análise documental, ainda que pertinente aos objetivos desta pesquisa, possui limitações próprias. Entre elas, ressalta-se a dependência de informações de domínio público e de registros oficiais, que nem sempre revelam a totalidade dos vínculos e trajetórias dos sujeitos analisados. Também é possível que determinadas relações ou interesses não estejam explicitados nos documentos consultados. Essas limitações foram consideradas ao longo da pesquisa, buscando-se reduzir seus efeitos por meio da comparação entre distintas fontes e da leitura contextualizada dos documentos.

Resultados e Discussão

Com base na estrutura da pesquisa, foi elaborada a Tabela 1 que apresenta algumas das relações mantidas pelos novos conselheiros do CNE com diversas instituições e organizações. Na categoria “a”, estão pessoas inicialmente não vinculadas às instituições e entidades investigadas, enquanto a categoria “b” inclui os nomes em negrito, que correspondem a pessoas ligadas às referidas instituições e entidades. Além disso, delimitamos com um asterisco as organizações da sociedade civil e ou internacionais, que representam entidades operantes fora do controle governamental, focadas em causas sociais, culturais ou internacionais, como ONGs, movimentos sociais e organizações globais, com ênfase em questões globais, direitos humanos e áreas como saúde, educação e cultura. Por outro lado, aquelas que não estão com asterisco são instituições governamentais e acadêmicas, que são vinculadas ao setor público, com foco em educação, políticas públicas e governança. Elas influenciam o desenvolvimento de profissionais e a implementação de

programas sociais e educacionais, promovendo a criação e gestão de políticas públicas e de capacitação.

Tabela 1

Conselheiros nomeados e instituições/entidades a que estão ligados, data

Conselheiros	Organizações da sociedade civil e ou internacionais* /Instituições governamentais e acadêmicas	Vinculação do conselheiro
Antônio Cesar Russi Callegari	Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA)	Presidente
Cleunice Matos Rehem	Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE)	Fez especialização em Administração Pública
Gastão Dias Vieira	Câmara de Deputados	Ex-deputado federal
Givânia Maria Da Silva	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)*	Cofundadora
Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)*	Presidente
Israel Matos Batista	Câmara de Deputados	Ex-deputado federal
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)	Ex-presidente
Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa	Fundação Dom Cabral	Ex-professora consultora
Celso Niskier	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)	Diretor-presidente
Ludhmila Abrahão Hajjar	Sociedade Europeia de Medicina Intensiva (2023-2025)*	Representante da América Central e da América Latina
Mônica Sapucaia Machado	Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)*	Pesquisadora
Otávio Luiz Rodrigues Junior	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	Ex-coordenador de área
Maria Paula Dallari Bucci	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS)	Membra atual

Nota: elaboração própria, com base nos documentos analisados.

Nota-se que, na categoria “a”, os nomes dessas pessoas podem ter sido indicados por diversas razões. Antônio Cesar Russi Callegari, por exemplo, integrou o CNE de 2004 a 2018 (durante os governos Lula, Dilma e Temer), exercendo a função de presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, foi um dos “associados fundadores” da *think tank* Todos pela Educação (TPE) no Brasil, conforme informação coletada no *site* (Todos pela Educação, n.d.) da organização, embora essa informação não constasse em seu mini currículo no *site* do MEC.

Outras pessoas que se destacam são Givânia Maria da Silva e Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, ambos com experiência em entidades públicas de relevância. Silva é ex-fundadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), enquanto Araújo Filho é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE).

Por outro lado, alguns outros nomes da categoria “a” pertencem a políticos como Gastão Dias Vieira e Israel Matos Batista. Vieira foi secretário de Estado de Educação do Maranhão durante o governo de Roseana Sarney. Em 2011, ele presidiu a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE). Batista é “associado efetivo” do TPE e presidiu a Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) de 2021 a 2022. Essa frente é conhecida como a “bancada da Educação” na Câmara dos Deputados e conta em seu conselho consultivo com instituições como a Fundação Lemann, Itaú Social, Todos pela Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Essas organizações têm demonstrado capacidade de influenciar a educação pública brasileira de diversas maneiras.

A atuação dessas instituições exemplificam a conformação de um bloco hegemônico de natureza empresarial e gerencialista que se articula em torno da redefinição do papel do Estado na educação pública. O estudo de Martins e Krawczyk (2018) demonstra que o Todos pela Educação atua como uma coalizão de base empresarial que se estrutura como um *think tank*, organizando-se em uma densa rede de atores públicos e privados. Esse movimento expressa uma reconfiguração do espaço público, em que o empresariado não apenas influencia, mas busca dirigir a execução das políticas educacionais sob a retórica da “eficiência” e do “controle social”. Nessa perspectiva, observa-se a emergência de um modelo de governança em que o capital privado assume protagonismo na condução de políticas públicas, num movimento que Florestan Fernandes (2006) caracterizaria como parte da “modernização conservadora”, onde se moderniza a forma administrativa do Estado, sem alterar sua função estrutural de manutenção da dependência e da desigualdade.

A atuação das demais entidades segue a mesma lógica de associação público-privada e de difusão de uma racionalidade técnica e empresarial na educação. A Fundação Itaú Social, conforme análise de Morgan (2022), mobiliza redes de agentes da burguesia brasileira para produzir conhecimento e conteúdo voltados à formulação de políticas e práticas educacionais, constituindo um circuito de legitimação técnica do poder econômico no campo público. De igual modo, Tarlau e Moeller (2020) demonstram que fundações privadas como a Lemann foram decisivas na imposição da BNCC por meio do que denominam “consenso por filantropia”, que é uma forma de influência onde o capital transforma disputas políticas em questões técnicas, esvaziando o conflito e produzindo adesão entre gestores públicos. Já os estudos de Sousa e Pereira (2019), sobre a Undime e de Auer et al. (2023), sobre o Consed, revelaram que, embora ambas se apresentem como instâncias de representação pública, suas práticas discursivas e parcerias acabam por reproduzir os marcos conceituais e programáticos das fundações empresariais e de organismos multilaterais, reforçando diretrizes privatizantes e o papel subordinado dos entes federados na política curricular.

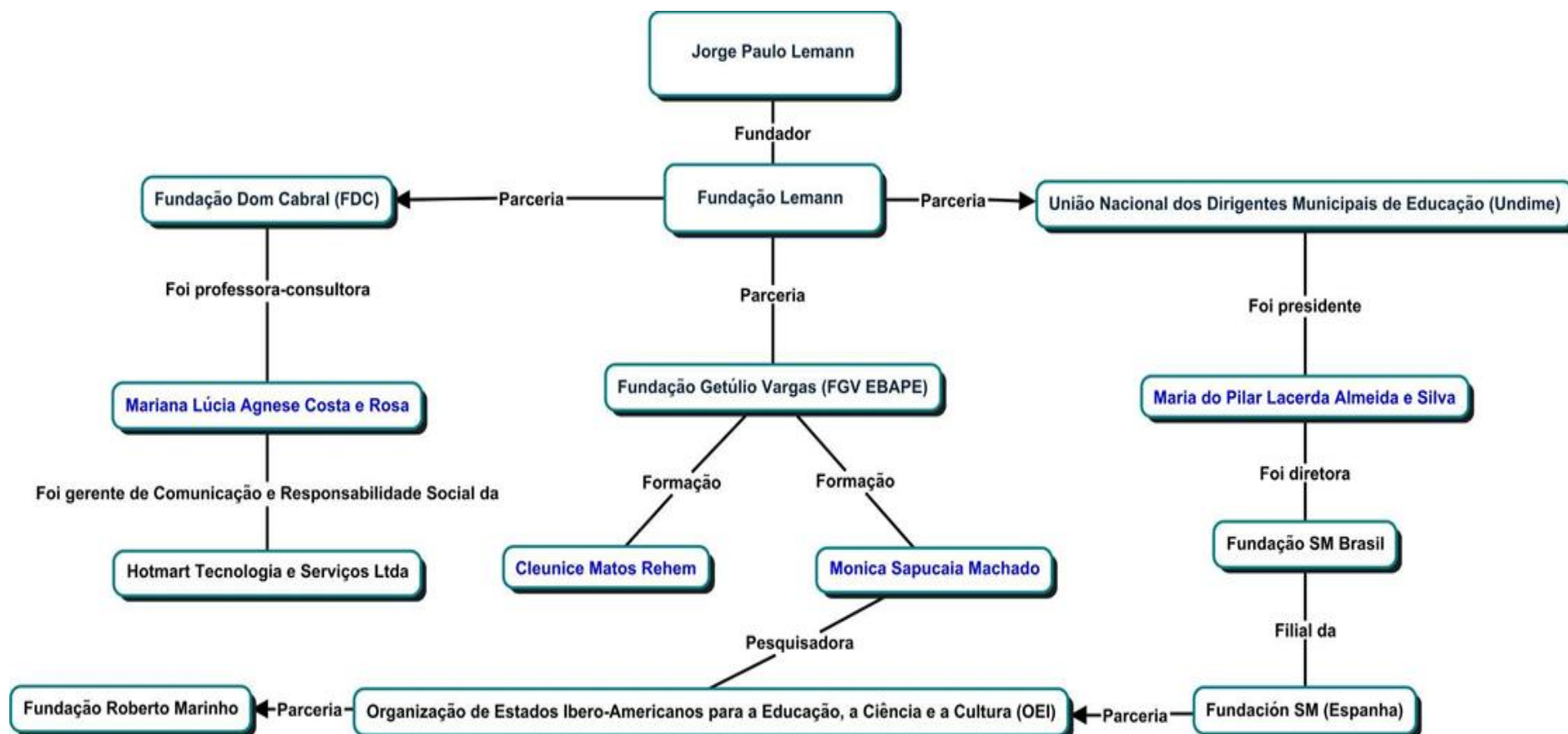
No conjunto, essas instituições conformam uma rede orgânica da burguesia nacional dependente, nos termos de Caio Prado Júnior (2000), que opera sobre o aparelho estatal não para transformá-lo, mas para garantir a continuidade de um padrão de desenvolvimento dependente, ajustado às demandas do capital internacional e às estratégias locais de dominação. A presença de tais organizações na Frente Parlamentar Mista da Educação e, por extensão, na composição do Conselho Nacional de Educação, expressa a penetração dessas frações de classe no interior do Estado, evidenciando o movimento pelo qual o público se torna o terreno privilegiado da atuação privada, ou seja, a atualização, em escala contemporânea, do processo de privatização da esfera pública que caracteriza a formação histórica do Estado brasileiro.

Finalizando a categoria “a”, mencionamos os nomes de Ludhmila Abrahão Hajjar, Otávio Luiz Rodrigues Junior e Maria Paula Dallari Bucci, cujos currículos indicam que atuaram em diferentes setores da sociedade civil. Hajjar é professora titular na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e representa a América Central e a América Latina na Sociedade Europeia de Medicina Intensiva (2023-2025), destacando-se como uma figura relevante na área. Bucci é professora da Faculdade de Direito da USP (FDUSP) e atualmente é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável (CDESS). Rodrigues Junior foi professor na mesma faculdade e atuou como coordenador da área de Direito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em notícia divulgada no site (Faculdade de Direito da USP, 2024) da FDUSP, onde Rodrigues Junior e Bucci atuam, são destacados os principais desafios da nova gestão do CNE que incluem a avaliação e o monitoramento do novo PNE, além da regulação dos cursos de Ensino Superior, como Direito e Medicina, entre outros. Esse fato *indicia* algumas das motivações que podem ter levado à escolha desses três nomes, considerando suas posições nas áreas de Direito e Medicina no Brasil.

A seguir, com a primeira discussão encerrada sobre a categoria “a”, na categoria “b”, estão destacados em azul escuro alguns dos nomes dos conselheiros nomeados para o CNE, juntamente com suas respectivas instituições e entidades, conforme apresentado nas Figuras 1 e 2. Além disso, é possível observar a rede de relações entre essas entidades e os conselheiros, uma vez que cada figura apresenta um enfoque distinto, fundamentado nos nomes associados ao CNE.

Entre as diversas relações analisadas, destaca-se a conexão de Jorge Paulo Lemann, considerado o terceiro homem mais rico do Brasil pela revista *Forbes*. Além de empresário e economista, Lemann atua em diversos setores, incluindo varejo, alimentação e decoração. Ele é o fundador da Fundação Lemann, uma “organização filantrópica” estreitamente ligada à sua família, criada em 2002. Segundo a própria fundação, seu objetivo é “promover a educação pública de qualidade em todas as cinco regiões do Brasil” e apoiar “indivíduos comprometidos em enfrentar os grandes desafios sociais do país” (Fundação Lemann, 2002). No entanto, a lógica que se apresenta na Fundação Lemann (no contexto educacional) é a de um suposto modelo de eficiência na gestão, promovendo um *ethos* liberal na educação pública, fundamentado em uma visão individualista e meritocrática, que reflete os pilares da economia capitalista e é sugerido como solução para as supostas falhas do Estado (Barbosa et al., 2024).

Entre as instituições parceiras da Fundação Lemann, destaca-se a Fundação Dom Cabral (FDC), uma escola de negócios brasileira, que teve como professora-consultora Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, da fundação, uma das nomeações do Conselho Nacional de Educação (CNE), que foi gerente de Comunicação e Responsabilidade Social na Hotmart Tecnologia e Serviços Ltda. Essa empresa ocupa um espaço de relevância no cenário nacional por ser da chamada “economia criativa”, que corresponde ao modelo de negócios do mercado digital com base na criação de conteúdo, principalmente *online*.

Figura 1*Rede de relações entre entidades e conselheiros nomeados, data*

Outra importante parceira da Fundação Lemann é a Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE), cuja missão seria qualificar profissionais para os setores público e privado. Entre as conselheiras do CNE, está Cleunice Matos Rehem, que possui especialização em Administração Pública pela FGV. Além de sua formação na FGV EBAPE, Cleunice ocupa o cargo de diretora-presidente da Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (BrasilTec). Segundo informações no site da associação, a BrasilTec estabelece parcerias com organizações como ABMES, Consed, Undime, Unesco e OEI. Cleunice também foi membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), da qual é associada. A ABED conta, entre suas mantenedoras, com a empresa Cogna, líder no setor educacional brasileiro e de relevância internacional, além de desempenhar um papel significativo no processo de mercantilização da educação. Isso tem gerado debates sobre a oferta da educação como direito social (Chaves et al., 2023).

Outra conselheira do CNE, Mônica Sapucaia Machado, possui especialização em Administração Pública pela FGV e fez parte da coordenação acadêmica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da FGV. Atualmente, é pesquisadora na Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Por fim, destacamos Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, atual conselheira da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), parceira da Fundação Lemann. Almeida e Silva possui experiência no setor educacional, tendo atuado como professora, diretora e consultora em diversas instituições. Além disso, Almeida e Silva foi diretora da Fundação SM Brasil, instituição que mantém colaboração com a OEI, cujo objetivo principal é a cooperação entre os países ibero-americanos nas áreas de educação, ciência e cultura, estabelecendo parcerias com a Fundação Roberto Marinho, por exemplo.

Conforme indica Medeiros (2017), essa fundação (empresa de comunicação) ocupa espaço na educação pública brasileira, alinhada a um projeto neoliberal de sociedade. Almeida e Silva foi colaboradora da Fundação Santillana, mantida pela Santillana Educação, braço educacional do Grupo PRISA, maior conglomerado nos meios de comunicação e educação nas línguas espanhola e portuguesa.

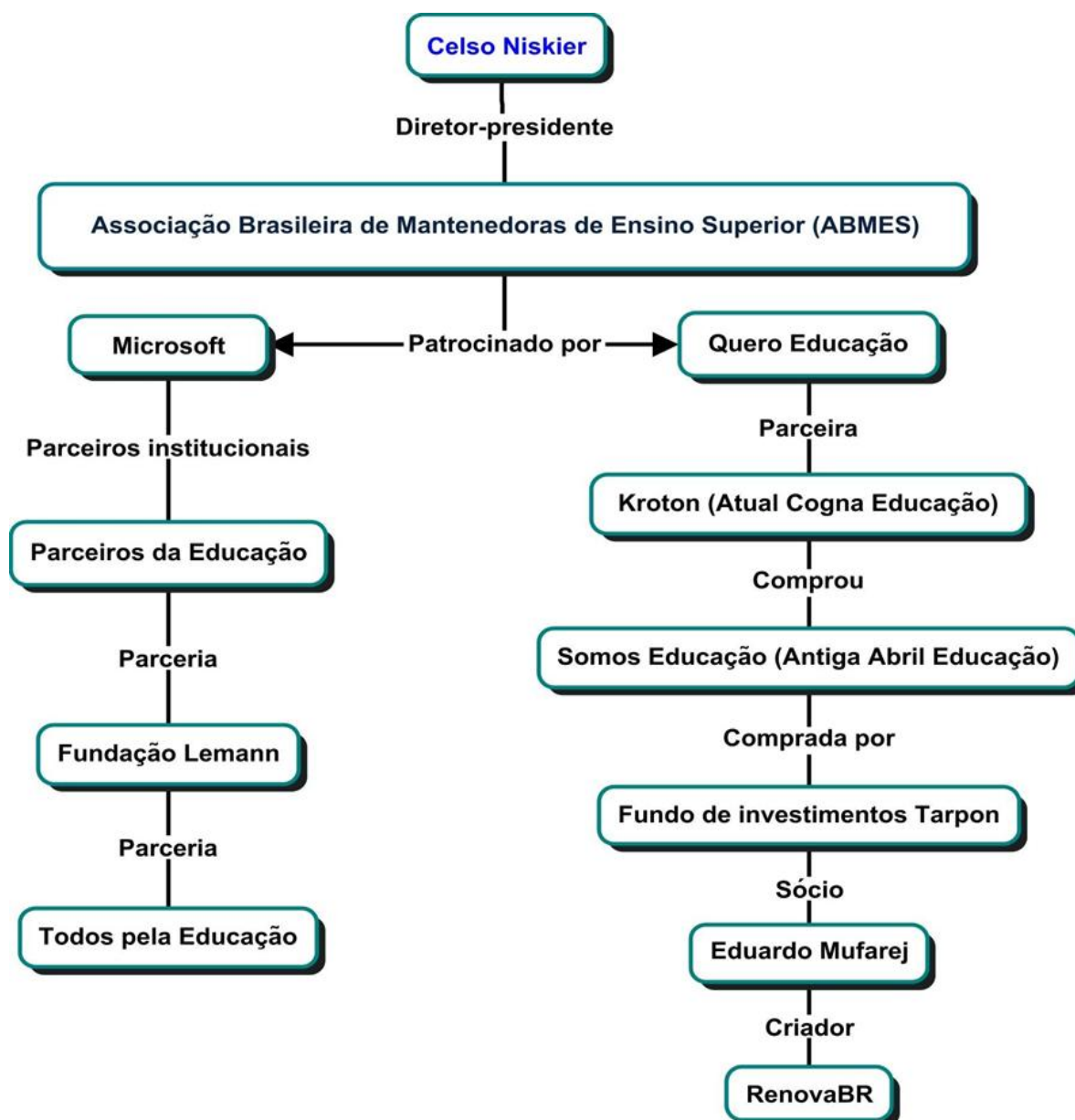
A seguir, a Figura 2 apresenta uma continuação dos aspectos abordados na Figura 1, focando exclusivamente em um conselheiro indicado pelo governo Lula da Silva: Celso Niskier. A escolha se deu pelo fato que este conselheiro possui cargo de extrema relevância (diretor-presidente) da ABMES, organização patrocinada por empresas grandes tanto no setor tecnológico (*Microsoft*), como no educacional (Quero Educação).

É possível observar, por meio da Figura 2, que o conselheiro Celso Niskier (destacado de azul escuro) é diretor-presidente da ABMES que, segundo o seu site, possui patrocinadoras como a *Microsoft* e a Quero Educação. Esta última, por exemplo, é uma parceira da citada Cogna Educação, a qual adquiriu a Somos Educação (antiga Abril Educação), que foi comprada pelo fundo de investimentos Tarpon, cujo sócio é Eduardo Mufarej, criador do movimento político RenovaBR.

Segundo Silva e Silva (2024), em 2018, esse movimento elegeu 16 candidatos com um discurso de luta contra a “velha política”, convocando diferentes sujeitos para ocupar posições de liderança em um quadro opaco de renovação, alinhado aos interesses econômicos de uma elite empresarial. Esse panorama retrata as diversas articulações no cenário político, indicando também como os fundos de investimento atuam em diferentes espaços, inclusive na educação. O processo de financeirização da economia tem intensificado a transformação da oferta educacional privada em uma mercadoria, prejudicando o direito à educação. Além disso, a privatização da educação é muitas vezes impulsionada por uma “liberalização” resultante da desregulamentação das normas que regem a atuação dos agentes privados (Levin, 2001).

Figura 2

Rede de relações entre entidades e conselheiro nomeado, data



A conexão entre essas instituições vai além dessa sistematização, pois, no *site* do RenovaBR, a *big tech* Microsoft é apresentada como parceira do movimento. Ademais, essa empresa mantém uma parceria institucional com outra *think tank*, a PdE. De acordo com Costa (2021), a PdE é liderada por representantes influentes do poder econômico no Brasil, especialmente do setor financeiro. E que suas conexões no Estado revelam uma extensa rede de poder que atua na colonização da educação pública, envolvendo instituições como o TPE, partidos políticos e posições estratégicas no aparelho estatal.

A partir desses vínculos, é possível identificar *indícios* de uma estrutura mais ampla de poder que conecta o campo educacional brasileiro às dinâmicas globais do capital financeiro e tecnológico. Tais *indícios*, como as parcerias, os financiamentos, as nomeações e as interconexões institucionais funcionam como sinais de uma lógica de dominação que, embora difusa, revela-se na convergência entre Estado e mercado. No caso do conselheiro Celso Niskier, a sobreposição entre sua posição no CNE e sua direção na ABMES, entidade patrocinada por grandes corporações como *Microsoft* e Quero Educação, evidencia o modo como a financeirização e a tecnocratização da política educacional se naturalizam como parte de uma racionalidade “moderna”, porém subordinada.

Nesse sentido, ao articular a leitura de Fernandes (2006) sobre a revolução burguesa dependente, onde as transformações institucionais e as reformas administrativas do Estado brasileiro se dão dentro de uma moldura da já citada modernização conservadora, onde a penetração de grandes grupos empresariais e fundos de investimento na educação, legitimada por políticas de parceria público-privada e por discursos de inovação e eficiência, expressa justamente esse movimento de adaptação do Estado às exigências do capital global.

Ao mesmo tempo, a análise de Prado Jr (2000) já advertia que o Estado brasileiro, desde sua formação, opera sob uma lógica “voltada para fora”, orientada por interesses externos e pela reprodução de uma economia dependente. A aliança com setores vinculados ao imperialismo, portanto, não constitui uma anomalia do presente, mas a atualização de um padrão recorrente da política nacional, no qual o poder público atua como mediador e facilitador dos interesses privados. A nomeação de conselheiros com fortes vínculos com o empresariado educacional e o capital financeiro pode, assim, ser lida como um *indício* da permanência dessa dependência estrutural, em que o Estado se moderniza, mas continua servindo a um projeto de classe exógeno excludente.

Desse modo, a análise das conexões de Celso Niskier e da ABMES com corporações nacionais, internacionais e fundos de investimento permite ver a manifestação contemporânea daquilo que Florestan Fernandes e Prado Júnior diagnosticaram em outros momentos históricos: a atuação da nossa burguesia nacional dependente, que renova seus mecanismos de influência sobre o Estado ao se articular com novas formas de capital (financeiro, tecnológico, educacional).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo investigar, considerando o cenário de contínua articulação do Estado com os interesses da burguesia nacional, se essa conjuntura se reflete nos quadros indicados para o CNE em 2024. Foram analisadas as conexões entre os conselheiros e as organizações empresariais privadas, bem como sua participação em institutos e entidades que exercem influência direta ou indireta sobre a formulação das políticas educacionais. Ao longo do texto, buscou-se evidenciar que tais vínculos compõem uma rede de poder e influência que se estende por diferentes campos como político, econômico e ideológico, atuando de forma orgânica na redefinição das fronteiras entre o público e o privado na educação.

As contribuições teóricas de Florestan Fernandes (2006) e Caio Prado Júnior (2000) permitiram compreender esse fenômeno como parte de um processo mais amplo de formação e consolidação de uma burguesia nacional dependente, cujos interesses se alinham estruturalmente aos do capital internacional. Em Fernandes, a noção de modernização conservadora ajuda a interpretar a incorporação de discursos de inovação e eficiência como instrumentos de manutenção da dominação burguesa no interior do Estado. Já em Prado Júnior, a ideia de um Estado “voltado para fora” revela a continuidade de uma lógica política subordinada aos interesses externos, o que se atualiza hoje na penetração de fundações empresariais, fundos de investimento e *big techs* (como a *Microsoft*) no espaço das decisões públicas. Nesse sentido, a presença de representantes do poder

econômico em instâncias decisórias, como o CNE, constitui um *indício* (Ginzburg, 2002), de um padrão estrutural de dominação que se reconfigura sob novas formas institucionais e discursivas. Esses *indícios*, como as parcerias, os patrocínios, as redes interorganizacionais apontam para a persistência de uma racionalidade de mercado que transforma o direito à educação em um campo de negócios e em um mecanismo de legitimação simbólica do capital.

Assim, ao situar o CNE no interior de um Estado que historicamente opera como mediador dos interesses da burguesia dependente, constata-se que o atual governo Lula da Silva mantém, com variações de forma, a mesma estrutura de alianças que caracterizou gestões anteriores. O campo educacional, portanto, permanece como espaço de disputa e de concessão, no qual os grupos empresariais continuam a exercer forte influência sobre a definição das políticas públicas. As conexões identificadas entre conselheiros, *think tanks* e entidades privadas revelam não apenas a continuidade de um projeto de privatização da educação, mas também o modo como a dependência estrutural do Estado brasileiro se manifesta em sua dimensão educacional, reproduzindo desigualdades e limitando o potencial emancipador da escola pública.

Referências

- Auer, F., Negreiros, H. L., Araujo, G. C. de, Araújo, V. C. de, & Santos, W. dos. (2023). O Consed na construção da BNCC: Uma experiência pública (com)partilhada? *Práxis Educativa*, 18, 1–17. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21379.018>.
- Barbosa, I. K. F. L., Leão, G. K. S., & Rodrigues, C. M. L. (2024). A atuação da Fundação Lemann nos processos de privatização da educação. *Debates em Educação*, 16(38), e17882. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17882>.
- Bezerra, J. J., & Arrais, M. N. L. (2019). CMAP TOOLS: Um suporte para o professor. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, 3(1), 142-158. <https://doi.org/10.24219/rpi.v3i1.705>.
- Bloch, M. (2001). *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Jorge Zahar.
- Brasil. (1961). *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, 27 dez. 1961. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil. (1995). *Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 25 nov. 1995. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm.
- Brasil. (2024a). *Portaria nº 609, de 1º de julho de 2024. Divulga a relação de entidades e a forma de indicação para a escolha de conselheiros do Conselho Nacional de Educação – CNE*. Diário Oficial da União, 3 jul. 2024. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-609-de-1-de-julho-de-2024-%20569629785>.
- Brasil. (2024b). *Decretos de 2 de agosto de 2024. Designa os membros para compor as Câmaras do Conselho Nacional de Educação (CNE)*. Diário Oficial da União, 5 ago. 2024, Seção 2, p. 1. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decretos-de-2-de-agosto-de-2024-576147910>.
- Brasil. (2024c). *Conselho Nacional de Educação terá 13 novos conselheiros*. Governo do Brasil Ministério da Educação.. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/conselho-nacional-de-educacao-tera-13-novos-conselheiros>.
- Brasil, Ministério da Educação. (2023). *Relatório de gestão 2023: Visão geral organizacional e ambiente externo*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2023/visao-geral-organizacional-ambiente-externo>.
- Caetano, M. R., & Mendes, V. R. (2020). Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. *Educar em Revista*. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.75939>.

- Casimiro, F. H. C. (2018). *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. Expressão Popular.
- Chaves, V. L. J., Camargo, M. D. H., & Sousa, L. M. C. (2023). A privatização da educação básica superior em tempos de financeirização: O caso da Cogna Educação. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, 13(14), 1-15. <http://dx.doi.org/10.22491/2236-5907127434>.
- Costa, R. E. C. A. (2021). A Parceiros da Educação e o processo de colonização da educação pública. *Revista Vértices*, 23(3), 773-787. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n32021p773-787>.
- Cury, C. R. J. (2006). Conselhos de Educação: Fundamentos e funções. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 22(1), 41-67. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/18721>.
- Faculdade de Direito da USP. (2024). *Novos desafios para os professores Otávio Luiz Rodrigues Jr. e Maria Paula Dallari Bucci no Conselho Nacional de Educação*. <https://direito.usp.br/noticia/25c6a58a7cbb-novos-desafios-para-os-professores-otavio-luiz-rodrigues-jr-e-maria-paula-dallari-bucci-no-conselho-nacional-de-educacao->.
- Fernandes, F. (2006). *A revolução burguesa: Ensaio de interpretação sociológica*. Editora Globo.
- Fernandes, F. (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Fundação Lemann. (2002). *Relatório de atividades 2002*. <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2002/>.
- Ginzburg, C. (2002). *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história* (2a ed.). Companhia das Letras.
- Levin, H. (2001). *Privatizing education: Can the school marketplace deliver freedom of choice, efficiency, equity, and social cohesion?* Westview Press.
- Martins, E. M., & Krawczyk, N. R. (2018). Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento ‘Todos Pela Educação’. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(1), 4-20. <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>.
- Medeiros, D. C. V. (2017). O que querem as grandes empresas de comunicação com a educação? Panorama sobre a atuação da Fundação Roberto Marinho e Fundação Victor Civita. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura - Eptic*, 19(3), 223-239. <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/7229>.
- Morgan, K. V. (2022). A Fundação Itaú Social e a produção de conhecimento em educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 38(1). <https://doi.org/10.21573/vol38n002022.121730>.
- Prado Jr., C. (1954). *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (Provisionamento de Cátedra – Universidade de São Paulo).
- Prado Jr., C. (2000). A revolução brasileira. In *Clássicos sobre a Revolução Brasileira* (pp. 25-53). Expresso Popular.
- Rocha, C. (2017). O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. *Millcayac Revista Digital*, 7(4), 95-120. <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/millcayac-digital/article/view/1020>.
- Santos, M. E. M., Amorim, M. G. R., & Santos, R. S. (2023). Neoliberalismo e educação na atuação dos think tanks. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 27(53), 171-195. <https://doi.org/10.26694/rles.v27i53.3439>.
- Silva, D. R., & Silva, B. L. (2024). Uma escola de líderes para a renovação política? Trilhas interpretativas e opacidade no RenovaBR. *Organicom*, 21(44), 197-208. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.214518>.
- Sousa, J. L. U., & Pereira, M. Z. C. (2019). Atuação da Undime na Base Nacional Comum Curricular: Analisando articulações. *Revista Espaço do Currículo*, 12(2).

- https://www.researchgate.net/publication/334532798_ATUACAO_DA_UNDIME_NA_BASE_NACIONAL_COMUM_CURRICULAR_analisando_articulacoes.
- Tarlau, R., & Moeller, K. (2020). O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, 20(2), 553-603. <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>.
- Teixeira, T. (2007). Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA. *Revan*. Todos pela Educação. (n.d.). *Governança*. <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>.
- Vargas, N. C., & Marques, R. M. (2022). Concepção de educação de think tanks liberais no Brasil e governamentalidade neoliberal. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 33(2), 33-67. <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v33i2e59993>.

Sobre os Autores

Arthur Romagna da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

arthur.romagna0@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3686-2422>

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas. Licenciado em Educação Física pelo Centro de Educação Física e Desportos (CEFD/UFES). Membro do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (PROTEORIA), desenvolvendo estudos na linha de Políticas Públicas, gestão e avaliação educacional.

Ian Puppim Lopes

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

ian73@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6846-9186>

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas. Licenciado em Educação Física pelo Centro de Educação Física e Desportos (CEFD/UFES). Membro do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (PROTEORIA). Tem experiência nos estudos dos temas Avaliação Educacional, Exames de Larga Escala, Estudos Comparados e Cursos de Formação Continuada de Professores.

Eliza Bartolozzi Ferreira

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

eliza.bartolozzi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4100-9875>

Possui graduação em História, mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-doutoramento na École Normale Supérieure de Lyon/França. Atualmente é Professora Titular da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). É bolsista produtividade PQ/CNPq. É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPE/UFES) e atual coordenadora-adjunta da Rede Nacional EM pesquisa (Rede Interinstitucional de Pesquisas sobre Ensino Médio). Foi Diretora de Pós-Graduação/PRPPG da

Universidade Federal do Espírito Santo (2020-2023). Foi coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) no período 2016-2020 e Coordenadora do Forpred Sudeste. No período 2018-2023 fez parte da coordenação internacional da Rede Latino-americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (Rede Estrado). Faz parte do quadro do comitê editorial de importantes revistas científicas.

Wagner dos Santos

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

wagner.santos@ufes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9216-7291>

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Educação pela UFES. Atualmente é Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação em exercício, Diretor de Pesquisa da UFES, Professor Visitante na *Universidad de Santiago de Chile* (USACH), professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da (PPGE) e do curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da UFES (CEFD). Coordenador do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação do Sudeste (FORPREd/Sudeste). Foi avaliador do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD 2021 (Objeto 4) na área de Linguagens. Avaliador do Prêmio Capes de Tese - área 21 - Educação Física em 2022. Líder do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (PROTEORIA). Tem experiência na área de Educação e Educação Física, com ênfase em Avaliação Educacional, Currículo e Política Educacional. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 34 Número 10

27 de enero de 2026

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído, e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu
